

■ **Recuo da demanda externa limitou expansão industrial brasileira**

■ **Indústria gaúcha inicia o ano com bom resultado para as exportações**

■ **Estados precisam de uma reforma da Previdência**

■ **Tanto no Brasil quanto no RS, atividade decepcionou em 2018**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Recuo da demanda externa limitou expansão industrial brasileira

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), a indústria de transformação brasileira encerrou 2018 com crescimento anual de 1,1%, percentual abaixo do verificado para 2017 (2,2%), indicando desaceleração na taxa de expansão da produção física do setor.

Embora muitos elementos tenham contribuído para perda do dinamismo industrial no ano passado, tais como a crise dos transportes e a incerteza política, destacamos também o papel do setor externo como fator limitante à expansão industrial. No gráfico, observa-se que a moderação no crescimento da demanda externa por produtos brasileiros influenciou a desaceleração da produção física do setor de transformação, sobretudo após o 2º trimestre de 2018.

De modo geral, produtores de uma economia aberta se beneficiam com a redução do custos de produção, ganhando competitividade e mercado em âmbito internacional. Ademais, os agentes diminuem a sua exposição a choques internos e externos, gerando maior estabilidade e previsibilidade nos negócios. Do contrário, quanto mais fechado ao comércio é uma economia, mais sensível a indústria de transformação se torna. Dados da OMC apontam que o coeficiente de abertura comercial do Brasil seja de apenas 12%, corroborando com a penúltima posição (142º) no ranking de abertura de comércio do Banco Mundial.

Entre os principais destinos das mercadorias brasileiras, China e Estados Unidos impulsionaram as exportações de *commodities*, especialmente a soja,

Indústria gaúcha inicia o ano com bom resultado para as exportações

Após um desempenho aquém do esperado para as exportações industriais no ano passado (-0,5%), o setor secundário gaúcho inicia 2019 com uma expansão de 133,6% no comparativo interanual com janeiro de 2018, exportando US\$ 2,5 bilhões no mês, melhor resultado para o começo de um ano desde 1996.

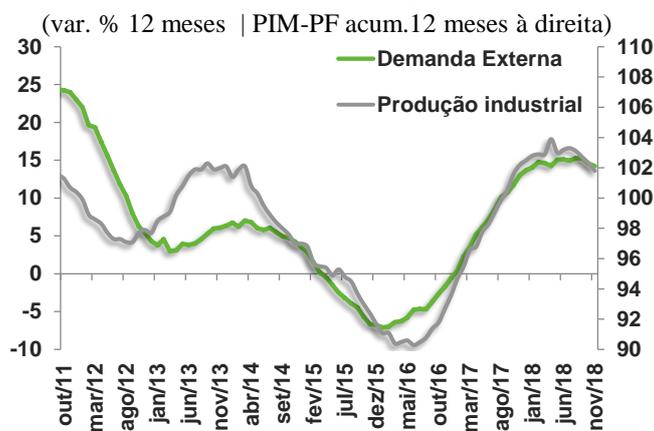
No entanto, o desempenho é reflexo do registro de uma plataforma de petróleo e gás, que adicionou US\$ 1,3 bilhão à pauta de exportações, produzindo uma distorção no resultado mensal. A exemplo das plataformas P-74 e P-75, exportadas no ano passado, destacamos que estas movimentações estão ligadas ao REPETRO, regime aduaneiro que concede tratamento tributário especial a máquinas e equipamentos do setor de óleo e gás. Estes bens são exportados e, ao mesmo tempo, importados na modalidade de “admissão temporária”. Desta forma, não há saída da mercadoria do território nacional, embora a operação de importação não seja contabilizada na balança comercial.

Mesmo desconsiderando a operação, o mês de janeiro se destaca com maior valor exportado da série histórica no período, com alta de 11,7% (totalizando US\$ 1,2 bilhão). O aumento da demanda externa por produtos de Celulose e papel (+292,5%) impulsionou fortemente o crescimento do setor secundário.

minério de ferro e petróleo em bruto, enquanto a Argentina, segundo maior destino dos produtos industriais, assinalou forte queda nas exportações de manufaturados (-16,5%). Não por acaso a indústria de transformação, que exportou US\$ 141,3 bilhões em 2018, mostrou o crescimento mais ameno (4,1%) em comparação ao desempenho da indústria Extrativa (24,4%), e Agricultura e pecuária (18,2%).

Para reduzir riscos da estagnação da indústria via restrição da demanda externa, é necessária a expansão e diversificação de acordos comerciais que garantam o acesso de produtos industrializados a novos mercados. Portanto, a abertura econômica é também uma proteção contra a dependência de um fluxo de comércio instável.

Demanda externa e produção industrial



Fonte: IBGE, OMC e Banco Mundial. Elaboração: FIERGS/UEE.
*O coeficiente de abertura comercial é calculado pela média trienal das exportações e importações, dividido pelo PIB.

Na mesma linha, os setores de Coque e derivados do petróleo (+325,0%), Madeira (74,0%) e Tabaco (+13,8%) contribuíram positivamente para a expansão da indústria de transformação. Pelo lado negativo, Alimentos (-28,3%), Máquinas e equipamentos (-31,5%) e Veículos (-35,2%) apresentaram recuo nos embarques para o exterior.

Destacamos o papel preponderante da indústria para a recuperação do setor externo neste mês (+5,6%, sem a plataforma), com participação de 86,9% do total exportado pelo Rio Grande do Sul.

Apesar da boa notícia para o ano que se inicia, na avaliação para os últimos 12 meses, houve queda acumulada de 1,2% do valor exportado pelo Estado. O indicador de difusão das exportações do RS, que avalia a quantidade de setores industriais que apresentaram crescimento no mês, mostra que, a partir de abril 2018, mais setores assinalaram queda do que crescimento. Embora o indicador tenha apontado a recuperação de alguns setores durante o segundo semestre de 2018, o índice permaneceu abaixo da média histórica até o mês presente, evidenciando a persistência das perdas decorrentes da crise argentina, evento que ainda exerce um efeito considerável sobre o setor exportador gaúcho.

Estados precisam de uma reforma da Previdência

Ainda não se sabe qual será a proposta de reforma da Previdência, mas tudo indica uma reforma bem ampla. Se isso se confirmar, os governadores e prefeitos (que tiverem juízo) deverão apoiar a proposta. Todos os estados e grande parte dos municípios têm regimes próprios de previdência social (RPPS). Até a reforma de 1998 havia pouca ou nenhuma preocupação com o equilíbrio financeiro dos mesmos, de forma que os sistemas eram generosos, gerando uma grande conta a ser paga pelas próximas gerações. Por exemplo, antes da reforma de 1998, não havia sequer a obrigatoriedade de contribuição previdenciária.

Os RPPS (principalmente os mais antigos) têm apresentado déficits cada vez maiores. Segundo dados da STN, de todas as UFs, apenas dois RPPS não tiveram resultado negativo em 2017. Somados, os rombos chegaram a R\$ 86,3 bilhões naquele ano, bem acima do verificado em 2015 (R\$ 61,4 bilhões).

É interessante notar que, quando retirados os custos com os RPPS, o resultado orçamentário dos estados é positivo e tem melhorado de 2015 para cá. No RS, por exemplo, o resultado exceto RPPS foi de R\$ 3,6 bi em 2015 e subiu para R\$ 8,9 bi de superávit em 2018. Considerando todos os estados, o resultado excluindo o RPPS saiu de R\$ 39,4 bi em 2015 para R\$ 66,4 bi positivos em 2017. Ou seja, parece que houve um esforço de redução nas despesas em outras áreas visando acomodar o gasto previdenciário crescente.

Por ser um regime de repartição, o déficit financeiro

poderia ser passageiro, mas não é. Estimativas de Paulo Tafner indicam que o déficit atuarial dos estados (dívida com ativos, inativos e pensionistas) corresponde a 4,6 tri. (70% do PIB). O número é mais do que o triplo do passivo da União com seus servidores (R\$ 1,4 tri. ou 21% do PIB). A razão para essa discrepância é constitucional: estados são responsáveis por prover educação e segurança pública, funções intensivas em mão-de-obra. Ademais, como se sabe, policiais e professores contam com regimes especiais de aposentadoria. Essa conjunção agravou a situação.

Mesmo que quisessem, os governantes teriam dificuldades em alterar as regras previdenciárias. Praticamente todo o escopo legal da previdência se encontra na esfera federal, restando aos governantes apenas contenções em aumentos salariais e contratações. O piso do magistério é um caso de regra estabelecida em nível federal, mas que impacta os entes subnacionais. Outra questão são as regras de paridade e integralidade para os funcionários públicos que ingressaram antes da reforma de 2003. Deve-se salientar, contudo, que os governadores têm sua parcela no desequilíbrio previdenciário atual. Não são raros os casos de aumentos salariais abusivos no funcionalismo.

Definir parâmetros, extinguir regimes especiais e vantagens tornam a crise previdenciária um problema político (e não técnico). Existe consenso quanto a necessidade de reforma, mas há diversas formas de fazê-la. Esse é o grande desafio do governo em 2019.

Tanto no Brasil quanto no RS, atividade decepcionou em 2018

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) cresceu 0,2% em dezembro na comparação com o mesmo mês de 2017, encerrando 2018 com crescimento acumulado de 1,1%. Foi a maior variação nesta base de comparação desde 2013. Apesar disso, a atividade econômica frustrou as projeções, que esperavam um crescimento mais robusto no ano passado.

Analisando os índices de produção mensal do IBGE, nota-se que a melhora da atividade foi puxada pelas vendas do comércio varejista, que cresceram 2,3% em 2018 (a maior alta em cinco anos). Mesmo assim, o comércio ainda não recuperou a queda acumulada na recessão. Considerando o varejo ampliado (varejo restrito + veículos + materiais de construção), o crescimento foi de 5,0%, puxado pela maior alta em 11 anos (15,1%) nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças. Nos demais serviços, por outro lado, houve queda de 0,1% na receita real, o quarto ano consecutivo de retração. Com queda de 1,9%, o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares puxou a queda do índice, e teve apenas duas taxas positivas nas últimas 45 comparações mensais sem ajuste sazonal. Esse segmento costuma ser mais afetado durante a crise por causa dos cortes de

custos nas firmas.

A produção industrial, por sua vez, cresceu 1,1% em 2018, com expansão de 1,3% na Extrativa e 1,1% na Transformação. No segundo caso, os setores de Celulose (+4,9%) e Veículos (+12,6%) foram o destaques positivos, enquanto Alimentos (-5,1%) e Vestuário (-3,3%) puxaram para baixo.

No RS, o Índice de Atividade do Banco Central (IBCR-RS) fechou 2018 com expansão de 1,7%, consideravelmente maior do que a média do Brasil. Essa diferença foi causada pelo maior crescimento da indústria do Estado (+5,5%) em comparação a nacional. O segmento de Celulose e papel (+35,1%) apresentou avanço atípico em função da base de comparação prejudicada por causa da paralisação na CMPC Celulose em 2017. Já Veículos (+26,2%) também apresentou crescimento robusto, puxando o índice no RS. No comércio, houve crescimento de 5,4% no varejo restrito e de 6,7% no ampliado, enquanto, os demais serviços caíram 1,7%, a quarta queda consecutiva.

2018 foi mais um ano difícil para a economia brasileira. Em 2019, esperamos uma aceleração no ritmo de crescimento. Porém, o encaminhamento da agenda de reformas é fundamental para consolidar a recuperação.